

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos

Rua Manoel de Nóbrega, 521 - Cx. Postal 2428 - End. Telegr. EVANGÉLICA - Tels. 70-6893 - 71-2426
Av. Erasmo Braga, 277-Gr.406 Rio de Janeiro, Gb. End.Tel. "Evangelica" Tel. 22-1529
SÃO PAULO

Presidente

Rev. Karl Gottschald

Rio de Janeiro,

28 de agosto de 1968

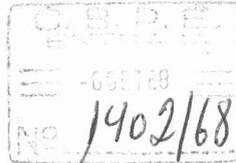
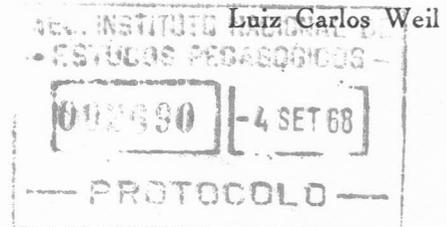
Secr. Geral

Rev. Dr. José Coelho Ferraz

Secr. Executivo

Arguella

ILMO. SR. DIRETOR
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
RUA DA IMPRENSA 16 / 10º
NESTA



Prezado Senhor:

Pela presente temos a grata satisfação de comunicar a V.Sa. a realização da I-Reunião de Consulta Sobre Educação Rural, promovida pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos (CPDP) desta Confederação sob os auspícios do Governo do Estado do Paraná.

O evento terá lugar em Londrina, norte do Paraná, nos dias 30 de setembro a 4 de outubro próximos e seus objetivos estão explicitados nos ANEXOS apensos a esta.

É oportuno salientar que esta Comissão acolherá com o maior prazer a apresentação de trabalhos ou teses, por parte dos sres. delegados e/ou entidades participantes, e, sempre que possível, dentro de uma linha de pensamento compatível com os assuntos propostos em temário e constantes do ANEXO-III (Grupos de Trabalho).

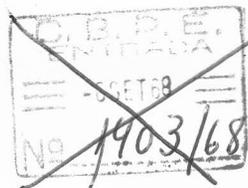
Entendendo que os assuntos em referência -mencionadamente educação rural, valorização do rurícola e seu perfil sanitário, desenvolvimento comunitário - interessam a todos os brasileiros, permitimo-nos convidar V.Sa. a nos honrar com sua presença em Londrina - caso sua agenda assim o permitir - bem como solicitar de V.Sa. a designação de representantes-delegados à Reunião de Consulta a fim de podermos extrair desse encontro aquelas sugestões e recomendações que sejam representativas da maioria dos técnicos, especialistas e entidades vinculados ao problema.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, queira aceitar os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Newton Arguella
Newton Arguella
Coordenador-Geral
Reunião de Consulta

ANEXO I



PROJETO: REUNIÃO DE CONSULTA SOBRE EDUCAÇÃO RURAL

LOCAL: Londrina - Paraná

DATA: 30 de setembro a 4 de outubro de 1968 (cinco dias, de 2a, a sexta feita, com mais dois dias para programas de visitas destinado aos delegados estrangeiros).

OBJETIVOS: Reunir dados e colher impressões dos diversos setores interessados na melhoria de nível de nosso professorado rural (objetivo-meio) bem como no aprimoramento técnico-cultural das populações rurais (mão de obra liberada para o campo e para as cidades), (objetivo-fim) da Reunião Proposta;

Estabelecer as bases para uma melhor integração comunidade-escola e definir os métodos a serem aplicados no sentido de evitar ou atenuar a alta taxa de evasão e repetência (80%) que caracteriza nosso ensino primário;

Apontar as principais inter-relações entre saúde infantil, educação primária, formação de mão-de-obra e migrações, sugerindo medidas para equacionar os problemas com vistas à elevação dos níveis de vida das populações rurais e conseqüente formação de faixa adicional de mercado consumidor;

Estabelecer esquemas de manutenção e/ou captação de recursos - apontando as prováveis fontes de financiamento no Brasil e no Exterior - para implantação e operação de instituições voltadas para o treinamento e/ou aperfeiçoamento do professor rural leigo;

Estabelecer as bases para um maior entrosamento e cooperação entre as diversas entidades voltadas para o problema, objetivando a criação de equipes mistas cada qual colaborando em seu setor específico de atividades mas com um objetivo comum e sob liderança colegiada;

Determinar que tipo de cooperação deverá haver entre as Igrejas, o Governo e as comunidades no sentido de se alcançar os objetivos propostos.

Considerações gerais: encarado sob o aspecto político o ensino superior se encontra dentro do primeiro escalão de prioridades em nosso país. O fenômeno, ressalte-se, é mundial, como o comprovam as recentes reivindicações estudantis em New York, Paris, Praga, Varsóvia e na Guanabara.

Entretanto, encarado o problema sob o aspecto global (conjuntural), é no ensino primário que vamos encontrar as maiores e mais contundentes falhas em nosso sistema educacional.

Para cada 10.000 alunos que se matriculam na 1a. série primária, apenas 4.053 voltam a se matricular na 2a. série, o que representa um índice de evasão escolar de 60% na base de nossa pirâmide educacional.

Ainda não temos dados para avaliar qual a participação do setor rural nesse índice negativo (o assunto será discutido na Reunião de Consulta) mas tudo indica que esse índice nas zonas urbanas é bem mais baixo tendo em vista sua melhor infra-estrutura (facilidade de acesso, melhor nível do professorado, merenda escolar, ano letivo não coincidindo com o período das safras, etc.);

Nos anos subsequentes o quadro não é tão crítico, pois a evasão escolar entre 2a. e 3a. séries é de cerca de 25% e de 15% entre as 3a. e 4a. séries.

O professor rural é um outro problema de difícil solução. A remuneração média de um professor rural é da ordem de 50% do salário mínimo vigente na região onde leciona. Por isso mesmo, o cargo não oferece maiores atrativos para os professores mais capacitados (normalistas). Acrescente-se a isso os fatores de difícil acesso; instalações deficientes, recursos materiais inadequados, ausência da presença normativa e fiscalizadora do Poder Central e uma total alienação da realidade brasileira, e teremos aí um quadro bastante fiel das dificuldades com que se defrontam nossas comunidades rurais, pois é na educação que se encontram as bases para todo processo desenvolvimentista.

Analisados os fatores limitativos acima expressos, compreende-se perfeitamente o perfil médio de nosso professor rural, caracterizado pelo despreparo profissional (muitos não têm sequer o curso primário completo), condição essa que, infelizmente, é transferida aos alunos do meio rural.

Destarte, não é de se estranhar o péssimo preparo profissional e cultural das populações "alfabetizadas" liberadas pelo campo e que hoje forma a mão-de-obra básica dos grandes centros urbanos (setores de serviços e construção civil). O fenômeno é o elo inicial de uma vasta reação em cadeia, a qual culmina com a multiplicação de favelas e com a conseqüente formação de núcleos e elementos marginais da sociedade.

Da mesma forma, essa população "alfabetizada" que se fixa no campo, jamais alcançará níveis de renda compatíveis com a necessidade de expansão de mercados para nossa indústria. É um ponto de estrangulamento cuja resultante final é o encarecimento dos fatores de produção pois não possibilita à indústria a utilização plena de seus recursos instalados.

Finalizando, vale mencionar a opinião do IPÊA (Cap. 7 - Conclusões - EDUCAÇÃO - I) sobre nosso sistema educacional notadamente no setor de educação primária: "... As comparações internacionais revelam que os índices de escolarização brasileiros são baixos e sua parcela populacional analfabeta extremamente numerosa. Considerando convencionalmente como produto final do processo educativo a conclusão de curso, constata-se que seu crescimento se faz a taxas inferiores às reveladas nos números de matrículas, indicando insatisfatória produtividade do sistema educacional.

Além disso, a existência de conclusões de curso primário na 3ª série e até mesmo na 2ª série e de graduações no curso primário supletivo (educação de adultos) sobretudo concentradas na 2ª série indica que grande parcela da população tem um número de anos de escolaridade útil incompatível com a vida das sociedades modernas. Nos cursos médios chama a atenção a insignificância dos contingentes de técnicos agrícolas e industriais formados anualmente; nos cursos superiores, igualmente, há preponderância de graduados em leis e ciências sociais e a constatação de diplomações insuficientes em certos ramos estratégicos para o desenvolvimento do País.

É evidente, também o irrealismo que domina a estrutura do ensino médio, tornando-o um entrave ao desenvolvimento do país, do ensino primário, em não distinguir currículos rural e urbano; do ensino superior, por sustentar uma posição falsa diante da problemática brasileira.

Em todos os níveis e ramos educacionais existem diferenças marcantes na evolução do sistema nas várias Unidades da Federação, atendendo à sua situação econômica e ambiental específica. No ensino primário, como é óbvio, a zona urbana apresenta um desenvolvimento e produtividade bastante mais elevados que na zona rural... "

POSIÇÃO DA CEB :

(+) Alertada para os problemas delineados acima, a Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos (CPDP) da Confederação Evangélica (CEB), entidade responsável por uma série de projetos assistenciais no Brasil (áreas hospitalar, desenvolvimentos agrário e comunitário, assistência social e educação) que perfazem cerca de 40 milhões de marcos resolveu programar uma Reunião de Consulta sobre Educação Rural, como primeiro passo para a implantação de um projeto-piloto o qual consistirá na criação de um Centro de Treinamento Intensivo de orientadores comunitários e professores rurais. Um projeto paralelo prevê a criação de equipes mistas, integradas por técnicos e extensionistas das principais entidades voltadas para o problema rural, as quais trabalharão em conjunto, junto às comunidades, para a execução de uma ação coordenada que objetive não só a integração comunidade-escola como também ao treinamento e aprimoramento profissional dos professores rurais leigos.

Para a concretização desse Plano, que em cinco anos poderá alcançar cerca de 2.000 municípios, estima-se que deverão ser aplicados N Cr\$ 4.000.000,00 ao longo do período de implantação e execução. Os recursos deverão ser levantados junto às entidades tradicionalmente voltadas para os setores de formação de mão-de-obra, assistência social, desenvolvimento regional, educação e saúde, além da iniciativa privada, que a longo prazo será a maior beneficiada através a criação de importante faixa adicional de mercado consumidor.

(+) técnicos ou extensionistas

ESQUEMA DA PIRÂMIDE EDUCACIONAL BRASILEIRA

- 1 9 6 2 -

6ª Série	1.478	3	6ª Série
5ª Série	2.553	17	5ª Série
4ª Série	16.003	57	4ª Série
3ª Série	21.002	49	3ª Série
2ª Série	25.272	59	2ª Série
1ª Série	32.735	78	1ª Série
3ª Série	81.267	188	3ª Série
2ª Série	103.173	239	2ª Série
1ª Série	151.321	351	1ª Série
4ª Série	172.797	400	4ª Série
3ª Série	234.195	543	3ª Série
2ª Série	310.670	712	2ª Série
1ª Série	410.938	952	1ª Série
4ª Série	1.153.882	2.673	4ª Série
3ª Série	1.297.591	3.006	3ª Série
2ª Série	1.749.425	4.053	2ª Série
1ª Série	4.316.711	10.000	1ª Série

NÚMEROS ABSOLUTOS

NÚMEROS RELATIVOS

A N E X O II

TEMÁRIO PROPOSTO PARA A REUNIÃO DE CONSULTA INTERNACIONAL SÔBRE EDUCAÇÃO RURAL

PROBLEMAS REFERENTES À EDUCAÇÃO RURAL, AO NÍVEL PRIMÁRIO:

A) Síntese dos Problemas do Hinterland Brasileiro:

- Importância do Ensino Primário, suas características e problemas, no Quadro Geral da Educação;
- Síntese da situação atual do ensino primário, com referência especial ao ministrado do Interior do País;
- Entidades e recursos envolvidos;
- Orientação, filosofia e política seguidas;
- Integração e Orientação;
- Organização e Supervisão ideais;

B) - Problemas relacionados com o Corpo Docente nas Áreas Rurais:

- Professôres leigos;
- Qualificação profissional;
- Fixação do Professor formado às áreas rurais, sua acomodação, incentivos e outros meios;
- Necessidades de formação, aperfeiçoamento e supervisão (aspectos quantitativos e qualitativos);
- Salários e sistemas de recompensação;
- Mobilidade do corpo docente;

C) Problemas relacionados com os Recursos Físico-materiais da Escola Rural:

- Habitação (Base física);
- Localização, Transporte e Acesso;
- Equipamento: Material escolar, mobiliário, didático, acessório e extra-curricular (aparelhagem para aprendizagem agro-industrial, etc.);

- Alimentação: Merenda escolar;
- Áreas adjacentes, Benfeitorias utilizáveis, etc.;
- Outros fatores: Ecológicos, iluminação, luz, água, etc.

D) Problemas referentes à Didática, Pedagogia e Aproveitamento Escolares:

- Currículos; (Adequação dos existentes às necessidades locais);
- Flexibilidade do Ano Escolar e de seus Cursos;
- Orientação para a Vida e a Realidade Brasileira;
- Heterogeneidade escolar - classificação das turmas por idade e nível de aproveitamento;
- Repetição e Evasão;
- Espaço escolar, "Playgrounds". Programas de Educação Extra-escolar, de Recreio e Desenvolvimento da Personalidade (Liderança, Talentos e Aptidões, etc.);
- Oportunidades outras: artísticas, desportivas, excursionistas, etc.;
- Orientação pessoal; profissional, moral, familiar, etc.;

E) Problemas regionais sócio-econômicos e culturais:

- Falta de sensibilidade e interêsse do próprio Meio Ambiente Rural;
- Fatores psicológicos do mesmo Meio;
- Tradições familiar e regional; (Costumes);
- Êxodo Rural e Migrações;
- Pauperismo, sub-nutrição, doenças, taras e endemias rurais;
- Falta de comunicação; isolamento, aculturação, etc.;
- Falta de noções de higiene, dietética, auto-ajuda, etc.;
- Nível econômico baixo e suas consequências; (trabalho infantil, sub-nutrição, etc.)
- Analfabetismo generalizado;

F) Relação Comunidade -Escola; Problemas relacionados à:

- Participação dos pais na vida escolar dos filhos(Conselhos de Educação de vários níveis);
- Participação pela organização da comunidade na solução dos problemas escolares por apoio, recursos, auxílios diversos, etc.
- Extensão, Crédito e Assistência (ABCAR) no aperfeiçoamento da Escola Rural;
- Cooperação das Cooperativas; Organização de Cooperativas Escolares, etc.;
- Participação de Entidades oficiais, autárquicas e privadas. Fundações;
- Escolas de Agronomia, Veterinária, Ciências Domésticas e outras, sua co-participação e auxílios;

G) Problemas de Integração e Coordenação da Educação Rural em Nível Primário;

- Falta de integração e coordenação das múltiplas atividades de caráter oficial e privado visando à Educação Rural;
- Falta de estabelecimento de bases e metas para a Educação Rural e a sensibilização dos Dirigentes Nacionais acêrca do Problema;
- Ausência de um Centro de Estudos, Pesquisas e Experimentação da Vida e do Ensino Rural, com Escolas de Aplicação anexas;
- Falta de um Centro de Treinamento especializado para Líderes e Professores de Educação Rural, inclusive para Escolas-Fazenda e Escolas-Oficina;
- Falta de disseminação de Clubes, tipo 4S, 4H, 4P etc, com todas as suas implicações sociais-associativas.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1968.

Apresentado pelo Prof. Walter W. Saur Técnico em Educação Agrícola do ETA baseado no documento "Problemas do Ensino Primário Brasileiro nas Áreas Rurais" produzido pelo IPEA(junho 1968)"

REGIMENTO INTERNO
DA
REUNIÃO DE CONSULTA SÔBRE EDUCAÇÃO RURAL

Londrina, Pr. - 30 de setembro a 4 de outubro de 1968

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- I.1 - Vivendo mais da metade da população brasileira em zonas rurais, grande parte (até 98%) não conclue sequer sua educação primária. Esta, por sua vez, não se integra no seu habitat, fornecendo conhecimentos básicos que habilitem o rurícola a ganhar melhores condições de vida, elevando seu "status" sócio-econômico.
- I.2 - A pequena participação do Govêrno Federal, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Ensino Primário Rural transfere aos Estados e Municípios a organização e execução de Programas Educativos, salvo nos atuais Territórios sob administração federal.
- I.3 - Alertado para a extrema gravidade do problema, o Govêrno do Estado do Paraná, através suas Secretarias de Educação e de Agricultura, está emprestando seu decisivo apoio à realização da I-Reunião de Consulta Sôbre Educação Rural, iniciativa da Confederação Evangélica do Brasil.
- I.4 - Isto porque, se considerarmos que cerca de 1/10 da população do País encontra-se engajada na escola primária conforme atesta a Secretaria Geral do MEC para 1966:

ENTIDADE RESPONSÁVEL	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO	%
Estado	7.017.331	65,6
Município	2.484.500	23,2
Particular	1.134.028	10,6
União	59.532	0,6
T o t a l	10.695.391	100,0

o problema é colocado em suas justas dimensões.

- I.5 - Analisando a situação acima, verifica-se a sobrecarga estadual no sistema e a urgente necessidade do Município e da Iniciativa Privada se empenharem em profundi-

dade na resolução do problema magno da nossa nacionalidade, isto é, no desenvolvimento integral das populações rurais através de seu melhor preparo para a vida graças a uma educação primária adequada e funcional.

II - OBJETIVOS

II.1 - A Reunião de Consulta sobre Educação Rural tem por objetivo básico a coleta de dados e a formulação de recomendações que conduzam ao aprimoramento do nosso ensino primário em regiões rurais, através de um programa de Ação :

II.2 - Este Programa de Ação deve se fundar nos seguintes objetivos:

Reunir dados e colher impressões dos diversos setores interessados na melhoria de nível de nosso professorado rural (objetivo-meio) bem como no aprimoramento técnico-cultural das populações rurais (mão-de-obra liberada para o campo e para as cidades), objetivo-fim da Reunião Proposta;

Estabelecer as bases para uma melhor integração comunidade-escola e definir os métodos a serem aplicados no sentido de evitar ou atenuar a alta taxa de evasão e repetência (80%) que caracteriza nosso ensino primário; Apontar as principais inter-relações entre saúde infantil, educação primária, formação de mão-de-obra e migrações, sugerindo medidas para equacionar os problemas com vistas à elevação dos níveis de vida das populações rurais e conseqüente formação de faixa adicional de mercado consumidor;

Estabelecer esquemas de manutenção e/ou captação de recursos - apontando as prováveis fontes de financiamento no Brasil e no Exterior - para implantação e operação de instituições voltadas para o treinamento e/ou aperfeiçoamento do professor rural leigo;

Estabelecer as bases para um maior entrosamento e cooperação entre as diversas entidades voltadas para o problema, objetivando a criação de equipes mistas cada qual colaborando em seu setor específico de atividades mas com um objetivo comum e sob liderança colegiada;

Determinar que tipo de cooperação deverá haver entre as Igrejas, o Govêrno e as comunidades no sentido de se alcançar os objetivos propostos.

III - ORGANIZAÇÃO

A Reunião de Consulta sobre Educação Rural - básica, primária, em nível essencialmente prático e integrado - daqui por diante designada simplesmente "Reunião" é promovida pela Comissão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos da Confederação Evangélica do Brasil e sob os auspícios do Governo do Estado do Paraná, além de outras organizações.

Será realizada no auditório do "Instituto Filadélfia", de 30 de setembro a 4 de outubro de 1968, na cidade de Londrina, Norte do Estado do Paraná, com os objetivos e à vista das considerações retro mencionados.

IV - REGIMENTO

Art. 1º - A Reunião será constituída de uma Comissão Organizadora, uma Comissão Executiva, Mesa, Secretaria, Grupos de Trabalho e Participantes.

Parágrafo Primeiro - A Comissão Organizadora é constituída de Representantes de Órgãos Oficiais (Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicos) e de Classes Produtoras e do Magistério.

Parágrafo Segundo - A Comissão Executiva é constituída de sete Membros, representantes da entidade promotora - Confederação Evangélica do Brasil - e de entidades cooperadoras na realização da Reunião.

Parágrafo Terceiro - A Mesa, à qual cabe dirigir os trabalhos técnicos da Reunião, será constituída de:

- a) - Presidentes honorários;
- b) - Presidente efetivo, o representante da Promotora;
- c) - Três Vice-Presidentes, os representantes de Entidades auspiciadoras (Governo do Estado, Município e outras entidades oficiais ou privadas).
- d) - Secretário-Geral, representante da Comissão Executiva;
- e) - Assessor, indicado pela Promotora.

Parágrafo Quarto - A Secretaria será integrada por uma equipe de Redatores, Secretárias, Técnicos de Gravação, Taquígrafos, Datilógrafos, Mimeografistas, Recepcionistas, Contínuos e Serventes, organizada pela Comissão Executiva da "Reunião" e chefiada por um funcionário seu, subordinado ao Assessor.

Parágrafo Quinto - Os Grupos de Trabalho, em número de cin

co - "Desenvolvimento Comunitário"; A "Escola Rural"; "Saúde, Alimentação e Assistência Social"; "O Professor Rural" e "Iniciativa Privada" -, serão constituídos de quadro membros, convidados pela Comissão Executiva, sendo dois do Governo e dois da iniciativa privada, além de outros membros até o máximo de 12, convidados pelo Grupo de Trabalho inicial respectivo, sendo o seu Presidente eleito por maioria simples entre os primitivos quatro membros convidados. Cada Grupo de Trabalho escolherá um Relator, sendo seu Presidente moderador dos debates.

Parágrafo sexto. - Os Participantes da Reunião se dividirão nas seguintes categorias:

- a) - Delegados: participantes oficiais, expressamente convidados ou que se credenciarem como representantes de entidades ou organizações relacionadas com a Educação Rural; sendo apenas um elemento por entidade ou organização, serão os únicos a ter direito a voto nas sessões plenárias mas poderão se fazer acompanhar de um Assistente e de Assessores; os Assistentes podem representar os Delegados no âmbito das Comissões e participar nos debates de plenário, respeitado o limite máximo de doze membros, fixado no parágrafo quinto;
- b) - Assistentes e Assessores: já previstos na alínea anterior, sem direito a voto;
- c) - Representantes da Imprensa: profissionais de imprensa em missão jornalística, com livre acesso a qualquer reunião, porém sem participação nos debates e sem direito a voto;
- d) - Observadores: qualquer pessoa interessada, com permissão de assistir, sem participar, de sessões plenárias, deliberativas e sem acesso às reuniões de Comissões e sem direito a voto, podendo, porém, encaminhar proposições à Mesa, no primeiro dia da Reunião.

Art. 29 - As inscrições serão feitas na Secretaria, devendo os interessados preencher pessoalmente as fichas correspondentes. Todos os participantes farão as suas inscrições.

V - FUNIONAMENTO

Art. 39 - Os trabalhos da "Reunião" se processarão através de sessões formais de abertura e encerramento; sessões plenárias; sessões plenárias deliberativas; reuniões de Comissões e trabalhos da Secretaria.

Art. 40 - Na sessão inaugural, o Presidente saudará os participantes e fará uma exposição sobre os propósitos da Reunião;

o Secretário-Geral apresentará o Regimento e o Programa de trabalho e orientará a constituição das Comissões. Na sessão final, serão ouvidos, em breves exposições, após o encerramento dos trabalhos - aprovação das Recomendações - oradores que falarão em nome dos Organizadores.

Parágrafo Único - Na sessão final, serão também escolhidos data e local para a próxima Reunião.

Art. 5º - Ao iniciar os trabalhos das sessões plenárias, a Mesa anunciará o programa da jornada; no término de cada uma das exposições, haverá um intervalo de quinze minutos para os que desejarem apresentar perguntas ou sugestões por escrito ao Expositor.

Art. 6º - O tempo concedido para o uso da palavra será de até:

- a) - trinta minutos para o Expositor;
- b) - três minutos para intervenções, seja para perguntas, seja para contribuições;
- c) - três minutos para a resposta do Expositor; e
- d) - vinte minutos para cada Relator, na apresentação das Recomendações para aprovação plenária.

Parágrafo Único - Os limites de tempo poderão ser dilatados pelo Presidente.

Art. 7º - A condução dos trabalhos obedecerá às normas usuais, que já constituem praxe nas assembleias, sendo vedado o aparte sem consentimento do Expositor e permitido levantar questões de ordem, após o término da exposição.

Parágrafo Único - O Presidente não pode ser interrompido ao falar para encerrar um debate.

Art. 8º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o Presidente apenas o voto de desempate.

Parágrafo Único - Os Presidentes-Honorários e os demais integrantes da Mesa não têm direito a voto.

Art. 9º - Ao Presidente compete dirigir as sessões, conceder ou cassar a palavra, resolver questões de ordem, submeter os assuntos à discussão ou votação, anunciar os resultados desta, zelar pela aplicação do Regimento e pelo cumprimento dos propósitos da "Reunião", tomar medidas necessárias à manutenção da ordem e dar o voto de qualidade.

Art. 10 - Aos Vice-Presidentes e ao Secretário-Geral, compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo quando solicitados.

Art. 11 - Ao Secretário-Geral compete ainda secretariar as sessões, promover a redação das atas, acolher e encaminhar pro

posições e coordenar os trabalhos de organização das Recomendações finais da Reunião.

Art. 12 - Ao Assessor compete promover as providências internas necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Reunião e à sua divulgação e supervisionar os trabalhos da Secretaria.

Art. 13 - Ao Assessor-Técnico compete assessorar a Mesa, as Comissões e a Secretaria em questões técnicas.

Art. 14 - À Secretaria compete:

- a) - executar os serviços de recepção, exame de credenciais, inscrição de Participantes e correspondências;
- b) - relacionar os Participantes, registrar os fatos e atividades da "Reunião", promover a instalação das Comissões e Grupos de Trabalhos, proporcionando facilidades para as suas atividades, fornecer a todos a Relação de Participantes;
- c) - reproduzir com antecipação e distribuir no ato, as exposições;
- d) - gravar ou taquigrafar os debates do dia, imprimí-los e distribuí-los aos Participantes na manhã do dia seguinte, antes do início de nova sessão plenária, bem como na sessão final, as recomendações aprovadas nas comissões.

Art. 15 - Às Comissões compete examinar exposições e proposições e elaborar, baseadas nos textos desses documentos e dos registros de debates, Recomendações específicas ao Governo e outros órgãos interessados.

Parágrafo Único - Além dos temas incluídos nos cinco Grupos de Trabalho previstos no parágrafo quinto, art. 1º, a Mesa poderá acolher proposições sobre outros assuntos de interesse para a Educação Rural, decidindo sobre a sua inclusão no projeto de Recomendações finais da Reunião, após exame de Comissão especial, que instituirá no ato.

Art. 16 - Os casos omissos e as dúvidas quanto à interpretação do Regimento serão resolvidos pela Mesa, a critério do Presidente.

OF Nº 756/68

Rio de Janeiro, ¹⁷ de dezembro de 1968

Senhor Embaixador,

Acuso o recebimento do expediente DCInt/DAO/1966/542, dessa procedência, contendo solicitação de material informativo sôbre os sistemas educacionais vigentes no Brasil nos anos de 1900, 1930 e 1960, a fim de atender ao professor W.F.Connell, que está elaborando uma obra que se intitula "A História da Educação no Século XX".

Em resposta, envio a V.Exa., em anexo, publicações que analisam o sistema educacional brasileiro através da história.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa., os protestos de elevada estima e consideração.

Péricles Madureira de Pinho
Diretor Executivo

Excelentíssimo Senhor
Ministro Donatello Grieco
M.D. Chefe do Departamento Cultural
e de Informações
Ministério das Relações Exteriores
Palácio do Itamarati

Nesta

EBB/VML
proc. 1.597/68

Relação de Material enviado ao Palácio Itamarati

- 1 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - nº 82: contém artigo de Lourenço Filho, M.B. - A educação e os estudos pedagógicos no Brasil - pág. 52.
- 2 - Supêlemento do Jornal do Brasil de 21 de outubro de 1965 - Ciência e Educação no Rio de Janeiro.
- 3 - The History of Education in Brazil - J. Roberto Moreira
- 4 - Education in Brazil - Organization and situation at the present time - 1960
- 5 - Short Report on Educational Activity for 1961/1962 - School year - Ministry of Education and Culture - Brazil.
- 6 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº 83 - Abreu Jaime, Escola Média no Século XX : um fato nôvo em busca de caminhos. Pág. 5
- 7 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº 83 - Editorial : A expansão do Ensino Superior no Brasil/ - Anísio Teixeira .
- 8 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos ns. 102, 103, 104, 105, 106 e 107
- 9 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- 10 - Anuário Brasileiro de Educação - 1964
- 11 - Development of Primary Education in Brazil and the National Educational Plan - MEC-INEP - Rio - GB - 1967
- 12 - UNESCO/BIE - Mouvement Éducatif Pendant l'Année Scolaire - 1967
- 13 - Questionário sôbre Educação, Ciência e Cultura - 1965/1966 - remetido pela OEA ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- 14 - Report on Educational Development in 1964/1965 presented at the XXXVIII th. Session of the International Conference on Public Education, Geneva, July - 1965.
 - Organização do Ensino no Brasil
 - A educação e o desenvolvimento político no Brasil: a evolução do nacionalismo - Trans Bonilla - American Universities Field Staff.
 - Bibliografia sôbre a História da Educação no Brasil
 - Fontes para o estudo da História da Educação Brasileira contidas em obra geral sôbre o Brasil.

Em, 6 de dezembro de 1968

CBPE/OF. Nº 734/68

Do - Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ao - Sr. Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e Cultura

Assunto - Relatório de 1968

Senhor Chefe de Gabinete,

Em atendimento aos termos do Of. Nº 922/68, dessa
Chefia, tenho o prazer de enviar a V.Sa. o relatório das principais a-
tividades do INEP no ano em curso, abrangendo as seguintes áreas:

- I - Aperfeiçoamento do magistério;
- II - Programas de assistência técnica;
- III - Estudos e Pesquisas Educacionais;
- IV - Documentação, informação e intercâmbio;
- V - Encontros e Seminários.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Sa. os
protestos de cordial estima,

Guido Ivan de Carvalho
Diretor do INEP

OF. Nº 707 /68

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1968

Ilma. Sra.

Dra. Nair Fortes Abu-Merhy

Gabinete do Ministro da Educação e Cultura

MEC

Prezada Senhora,

Em resposta à solicitação dessa procedê-
cia encaminhada ao INEP, referente às principais realizações des-
te órgão no ano em curso, envio a V.Sa. um resumo das ativida-
des do INEP nas seguintes áreas:

Aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo

Programas de assistência técnica

Pesquisas em curso

Publicações

Documentação, informação e intercâmbio

Encontros e Seminários nacionais e internacionais promo-
vidos pelo INEP e de que o mesmo participou.

Nesta oportunidade, apresento a V.Sa.

Cordiais saudações



Elza Rodrigues Martins
p/Diretor Executivo

Aperfeiçoamento do Magistério

Dentro desse programa o INEP manteve neste ano, 31 cursos em funcionamento, atendendo 1845 bolsistas de todos os Estados e Territórios da União. Para ministrá-los, foram utilizadas sedes próprias: Centros de Treinamento de Magistério de Manaus-AM, Colatina-ES, Inhumas-GO, Coxipó da Ponte-MT, Alagoa Grande, Souza e Sapé-PB, Propriá - SE; Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Escola Guatemala-GB, e outras sedes em convênio com o INEP.

A seleção de bolsistas e de professores foi realizada pela Coordenação de Cursos-Programa MEC/INEP/UNICEF/UNESCO, com a assessoria dos Diretores dos Centros de Pesquisa e das Coordenadorias Estaduais e Coordenadores de Cursos.

As despesas com este Programa, que correram pelas dotações orçamentárias do INEP, montam a R\$ 2.794.549,30, aplicadas no pagamento de pessoal - professores e funcionários - parte das bolsas, e material de expediente, didáticos e de consumo.

A relação seguinte indica a natureza do curso, a sede e número de bolsistas que os frequentaram, provenientes das regiões próximas às sedes.

COORDENAÇÃO DOS CURSOS - 1968 - INEP/UNICEF

Projetos	Cursos	Local	Nº de bolsistas
1	Formação de Professor Primário de Emergência	Alagoa Grande-CTM-PB	209
2	Formação de Professor Primário de Emergência	Souza-CTM-PB	243
3	Aperf.de Diretores de Esc.Primárias	Sapé-CTM-PB	78
4	Formação de Diretores Supervisores	Maceió - AL	69
5	Formação do Professor Supervisor	Colatina-CTM-ES	55
6	Prep.Pedag. do Prof.de Esc.Prim. de Mestre Único	" " "	68
7	Esp.para Professor de Esc.de A - plicação	Vitória - ES	69
8	Aperf.de Prof.para atender a Ext da Escolaridade	" "	30
9	Formação de Prof.de Ensino Primário	Catalão e Morrinhos - GO	76
10	Formação de Professor Supervisor	Inhumas-CTM-GO	82

Proje- tos	Cursos	Local	Nº de bol- sistas
11	Formação de Regentes de Ensino	Propriá-CTM-SE	82
12	Formação de Regentes de Ensino	Salvador-CRPE-BA	75
13	Formação de Prof.de Prática de Ensino	Guanabara-CBPE-GB	24
14	Aperf.para Profs.e Diretores de Esc. Normais	B.Horizonte-CRPE-MG	73
15	Prep.Pedag.para Prof.de Esc.Prim.de Mestre Único	Ibirité e D.A.P.-CRPE-MG	79
16	Formação de Professor Supervisor	Curitiba-PR	31
17	Trein.de Prof. de Classes de Apl.anexas às Esc. Normais	Natal-RN	22
18	Aperf.de Profs.para atender a Ext da Escolaridade	Fortaleza-CE	30
19	Formação de Regentes de Ensino	Coxipó da Ponte-CTM-MT	104
20	Prep.pedag.para Prof.de Esc.Prim.de Mestre Único	Coxipó da Ponte-CTM-MT	24
21	Orient.de 1º ano e para Profs.de Esc.de Demonstração	E.Guatemala-GB	24
22	Prep.Pedag.para Prof.de Esc.Prim.de Mestre Único	Sapé-CTM-PB	25
23	Reciclagem de Supervisores da Capital	Manaus -AM	68
24	Formação de Professor Supervisor	Pôrto-Alegre-CRPE-RS	28
25	Formação de Supervisor para Prof de Zona Rural	Pôrto Alegre-CRPE-RS	28
26	Orientação para Prof.de Criança Excepcional	A.P.A.E.-GB	19
27	Preparação de Administradores Escolares	S.Paulo-CRPE-SP	11
28	Capacitação de Normalistas de 1º ciclo	Manaus -AM	60
29	Especialistas em Recursos Audio-visuais	S.Paulo-CRPE-SP	20
30	I Curso de Pesquisas Educacionais e Sociais	S.Paulo-CRPE-SP	13
31	II Curso Prep.de Pes.Téc.El.Aplic e Av.Planos e Programas	S.Paulo-CRPE-SP	26
			<u>1845</u>

Além dos cursos relatados, funcionando exclusivamente para bolsistas, cursos e estágios foram promovidos pelo CBPE e Centros Regionais, atendendo a solicitações de várias entidades, ou como atividade correlata às funções específicas de cada Divisão.

10 - Projetos em curso :

Na área de pesquisas :

CBPE - Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério :

1. Psicologia necessária ao professor primário.
2. Ensino da leitura no 1º ano pelo professor primário que se inicia na profissão;
3. Estudo comparativo sobre métodos de ensino de leitura no 1º ano primário;
4. Atitudes, métodos e recursos de ensino de professores primários destacados da Guanabara;
5. Critério para seleção de alunos de escolas normais;
6. Domínio, pelas crianças da escola primária, dos conhecimentos de Geografia em suas relações causais e com problemas brasileiros da atualidade;
7. Domínio, pelas crianças da escola primária, dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da Geografia;
8. Domínio, pelas crianças da escola primária, dos conceitos e vocabulário envolvidos no ensino da História;
9. Domínio, pelas crianças da escola primária, dos conhecimentos de História do Brasil em suas relações causais e com preparação para o estudo dos problemas brasileiros;
10. Estudo comparativo de programas de ensino primário brasileiros e estrangeiros;
11. Dificuldades encontradas pelo professor recém formado na Guanabara ao reger pela primeira vez turmas de 1º ano primário;
12. Formação do professor Primário em oito Estados Brasileiros;
13. Planejamento da escola integrada brasileira de 8 anos;
14. Condições sócio-econômicas dos professores primários brasileiros;
15. Situação do Ensino Normal em oito Estados Brasileiros;
16. DAM -OPS - Organização e Administração das Faculdades de Medicina;

17. DAM - OPS - Treino da medicina preventiva;
18. DAM - ABEM - Censo do Pessoal Docente das Escolas Médicas
19. DAM - ABEM - Demanda e matrícula nas Escolas Médicas.
20. Estudo para verificar em que medida as condições de imaturidade desaconselham o início da aprendizagem da leitura.
21. Melhoria do rendimento do ensino no 1º ano primário.
22. Sugestão de currículos e programas para a 5ª e 6ª séries.
23. Oportunidades profissionais para os alunos que completam 4 anos de estudo ou terminem a escola primária de 5 ou 6 anos ou a escola integrada de 8 anos.
24. Destino das crianças que terminam as escolas primárias públicas da Guanabara.

CBPE - Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

1. Qualificações profissionais no magistério secundário da Guanabara
2. Levantamento dos custos da educação no Brasil; Setores : Federal, Estadual, Municipal, Particular
3. Levantamento dos sistemas estaduais de educação;
4. Educação de nível médio no Brasil;
5. Cursos preparatórios ao ginásio na Guanabara;
6. Reprovação na escola secundária brasileira;
7. Estudo dos exames do Art. 99, no Estado da Guanabara; - 1967
8. Gastos públicos com a educação em 1966;
9. Estudo da evasão na escola secundária brasileira;
10. Apuração do grau de correlação entre os resultados dos concursos vestibulares e entre os resultados na 1ª série do ensino Superior na GB.

Documentos para a IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Características desejáveis do estudante universitário;
2. Expectativas profissionais e educacionais dos estudantes do segundo ciclo de nível médio no Estado da Guanabara - DAM
3. O acesso à Universidade - DEPE.
4. Natureza do 2º ciclo do ensino médio - DEPE.
5. Pesquisa bibliográfica sobre o 2º ciclo do ensino médio e a admissão à Universidade. (Brasil Estrangeiro) (Serviço de bibliografia).

EATEP

1. Estudo sobre evasão e repetência na escola primária.
2. Estudo sobre reagrupamento das crianças na sala de aula.
3. Estudo sobre currículo na escola primária.
4. Guias para análise de problemas da educação primária brasileira nas áreas de : administração, supervisão: currículo.

Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiróz Filho - São Paulo

1. Posição Atual dos Recursos Audio-Visuais no Ensino Secundário do Município de São Paulo.
2. Racionalização da Empresa Escolar.
3. Elaboração de Padronização de Provas de Escolaridade. - (Em projeto).

Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro" - Minas Gerais

1. Primeiro Anuário Mineiro de Educação.
2. Estudo histórico sobre uma escola de demonstração.
3. Evasão escolar no Ensino Primário Comum e Supletivo em Minas Gerais segundo o nível de urbanização - 1963/66.
4. Pesquisa a ser Planejada e Iniciada em 1968: Contribuição da Divisão de Aperfeiçoamento do Professor (DAP) à Educação brasileira.

Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife - Pernambuco

1. Levantamento analítico do sistema educacional em Pernambuco.
2. Aspectos Sociais e Econômicos do Ensino Universitário.
3. Pesquisa sobre Televisão Universitária.
4. Uma experiência em Televisão instrucional: "Let's Learn English".
5. Experiência de supervisão personalizada.
6. Experiência com o método misto-italiano de alfabetização.

Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia

1. Aspectos qualitativos do ensino primário do Estado da Bahia.
2. Aguardando publicação: Duas reformas Educacionais (de 1895 e de 1925). Estudo da população escolar de nível médio em Salvador.
3. Classe social do candidato não aprovado no vestibular de 1966 em Salvador. - Em andamento.
4. Condições sócio-econômicas dos professores primários brasileiros - Em andamento.

Centro Regional de Pesquisas Educacionais - Rio Grande do Sul

1. Estudo das diversas áreas que compõem o currículo do Colégio de Aplicação;
2. Moderna formação do professor primário;
3. Concurso de habilitação às Faculdades de Filosofia da UFRGS;
4. Subsídios para um planejamento educacionais no Rio Grande do Sul;
5. Concursos de habilitação às Faculdades e Escolas Superiores;
6. Experiência com regime de professor único em classe de 1ª série da escola secundária; - 1º ciclo
7. Pesquisa sobre condições sócio-econômicos dos professores primários brasileiros.

8. Habilitação do magistério de grau médio sob a jurisdição da Inspetoria Seccional;
9. O adolescente na sociedade brasileira.
10. Processo de avaliação: como se define e se concretiza.
11. Avaliação e operações mentais: influências
12. Ensino programado: matemática, física e ciências naturais.

ATIVIDADES DO I.N.E.P. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS) EM 1969

ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
ESTADOS	Nº de CURSOS - Preparação e aperfeiçoamento de professores e diretores de escola primária e normal	PATE	CEOSE	BATEP	OPERAÇÃO ESCOLA
		Programa de Assistência Técnica em Educação	Colóquios Estudais sobre Organização dos Sistemas de Ensino (MEC-UNESCO)	Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário (MEC-USAID)	Decreto nº 63.258 de 19/9/69
		Assessoramento técnico direto e permanente junto as Secretarias de Educação	Estudos e relatórios sobre estruturas administrativas e assistenciais no planejamento educacional	Estudos e documentos sobre problemas da escola primária, principalmente evasão e repetência	Assistência técnica em conjunto com o Ministério do Planejamento para a forma do ensino primário
ACRE				Participação na VII Semana de Estudos	Participação na reunião da Guanabara
ALAGOAS	1	Equipe de 4 elementos	Reunião CEOSSE Assistência a SEC	Participação na IV Semana de Estudos	Idem
AMAZONAS	2			Sede da VII Semana de Estudos	Idem
BÁHIA	1		Plano Estadual Educação Polca de desenv. (SEC) (MEC/USAID/SUDENE)	Participação na V Semana de Estudos	Idem
CEARÁ	1		Reforma Administrativa SEC-ISPFB-IPRA-SUDENE-USAID	Participação na IV Semana de Estudos	Idem
ESPÍRITO SANTO	4			Ficha controle evasão e repetência - Plano Piloto Sede da V Semana de Estudos	Idem
GUANABARA	3			Participação na I Semana de Estudos	Sede da Reunião de Chefes de Departamento de Ensino Primário e Assessores
GOIÁS	2			Participação na V Semana de Estudos	Idem
MARANHÃO		Equipe de 4 elementos	Reforma Administrativa SEC-ISPFB-IPRA-SUDENE	Participação na IV Semana de Estudos	Idem
MATO GROSSO	2			Particip. na VII Sem. de Estudos	Idem
MINAS GERAIS	2		Planej. Educacional-Município por município (CESE)	Participação na II e III Semanas de Estudos	Idem
PARÁ				Particip. na VII Sem. de Estudos	Idem
PARAÍBA	4		Contín. Assistência e SEC	Particip. na IV Sem. de Estudos	Idem
PARANÁ	1		Planej. Estadual Educ. (SEC-CEE FUNDEPAR) Assistência Estatística à FUNDEPAR	Participação na VII Semana de Estudos	Idem
PERNAMBUCO			Reforma Administ. da SEC-Org das Estatíst. - Planejamento	2ª e 4ª Semanas de Est. Plano Piloto-Fichas contr. evasão e repet.	Idem
PIAUI			Reforma Administrativa SEC-ISPFB-IPRA-SUDENE	Participação na IV Semana de Estudos	Idem
RIO DE JANEIRO				Particip. na III Sem. de Estudos	Idem
R. Gr. do NORTE	1	Equipe de 3 elementos	Reforma Administrativa SEC-ISPFB-SUDENE	Participação na IV Semana de Estudos	Idem
R. Gr. do SUL	2		2º etapa Plano Educ. (SEC-CEE) Org. REPLED (SUDENSUL) Assistência Estatística	Fichas de Controle da Evasão e repetência - Sede da VI Semana de Estudos	Idem
Sta. CATARINA			Planej. e Reforma Administ. SEC-CEE-PLANREG	Participação na VI Semana de Estudos	Idem
SÃO PAULO	4	Equipe de 3 elementos		Particip. na VII Sem. de Estudos	
SERGIPE	1	Equipe de 2 elementos	Continuação Assistência Técnica a SEC	Participação na IV Semana de Estudos	IDEM
D. FEDERAL				Particip. na III Sem de Estudos	IDEM
T. AMAPÁ				Particip. na VII Sem. de Estudos	Idem
T. RONDÔNIA		Equipe de 4 elementos		Particip. na VII Sem. de Estudos	Idem
T. RORAIMA				Particip. na VII Sem. de Estudos	Idem

PUBLICAÇÕES EDITADAS EM 1968

LIVROS :

1. Abreu, Jayme - Educação, Sociedade e desenvolvimento.
2. Castro, Célia Lucia Monteiro de - Caracterização Sócio-econômica do estudante universitário.

* EM PREPARO : - Escola Regional de Miriti - Armanda Álvaro Alberto
- Anuário Brasileiro de Educação 1965/1966

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

1. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
em 1968 :

Impressas e expedidas:

- nº 104 - v.46, out.-dez., 1966
- nº 105 - v.47, jan.-mar., 1967
- nº 106 - v.47, abr.-jun., 1967
- nº 107 - v.48, jul.-set., 1967

No Prelo :

- nº 108 - v.48, out.-dez., 1967
- nº 109 - v.49, jan.-mar., 1968
- nº 110 - v.49, abr.-jun., 1968

CATÁLAGO - por assunto e autor (do nº 70 ao 100)

2. BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Impressas e expedidas :

- Vol. 14 - nos. 3 e 4 (referentes a 1966)
- Vol. 15 - nºs. 1 e 2 (referentes ao 1º e 2º trimestre de 1967)
- Índice cumulativo de autores de Bibliografia Brasileira de Educação, abrangendo o período 1953/1963.

No Prelo :

- Vol. 15 - nos. 3 e 4 (1967)
- Vol. 16 - nºs. 1 e 2 (1º e 2º trimestre de 1968)

Em preparo :

- Vol. 16 nº 3 (1968)
- Bibliografias especializadas (1968)

* - Finalização da adaptação do Audio-Visual Hand Book "-Treaton (new jersey).

- Status Sócio-econômico do professor de ensino médio
- Reforma Universitária - 1966/1968
- Ação política e o ensino secundário no Brasil

Publicações em Multilith :

- O 2º ciclo do ensino médio e admissão à Universidade

Em preparo :

- Atualização e complementação da bibliografia sobre o Ensino Superior no Brasil - 1800/1968
- Movimentos estudantis no Brasil e no mundo
- Atualização da bibliografia sobre status sócio-econômico do professor do ensino médio.

Participação do Serviço de Bibliografia em Comissões Especiais

- Grupo de Trabalho do IBBD para elaboração da Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais
- Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Comissão do IBBD/CDU.

Estudos Especiais

- Estudo e fixação de critérios para a adoção da CDU na classificação da Bibliografia Brasileira de Educação.
- Revisão Geral do catálogo em fichas da BBE e fusão com o fichário retrospectivo 1930/1952
- Cadastro de pesquisas educacionais em andamento no País - Implantação do Serviço em outubro do corrente ano, tendo em vista a organização de cadastro de : a) instituições de pesquisas educacionais; b) pesquisas em curso; c) pesquisadores.

Justificativa

- Tal serviço possibilitará à cooperação e intercâmbio de informações na matéria de pesquisa educacional , permitindo ainda análise comparativa das pesquisas realizadas no Brasil, aproveitamento racional de dados já levantados, incrementando assim as atividades de pesquisas em base mais econômicas. Por outro lado, êsse serviço possibilitará a fornecer à UNESCO as informações de que necessita para muitas das suas atividades, em particular para atender ao programa de intercâmbio e divulgação de informações.

3. BOLETIM INFORMATIVO - CBPE

Foram editados 10 números em 1968, até a presente data, correspondentes aos meses de janeiro a outubro.

Foram editados, ainda, exemplares das publicações periódicas dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais :

São Paulo

- Pesquisa e Planejamento

Bahia - Boletim Informativo

Recife - Boletim

- Boletim Bibliográfico

- Cadernos Região e Educação

Rio Grande do Sul - Coeção do CRPE

Minas Gerais - Boletim Informativo

- "Criança e "Escola"

Documentação, informação e intercâmbio

Neste setor, foram elaborados trabalhos em resposta a 60 solicitações procedentes do país e do exterior. Dentre eles, citam-se:

Questionário sobre o estudo do meio na escola

Trata-se de resposta a questionário do Bureau Internacional de Educação (.B.I.E.) sobre o estudo do meio na educação pré-escolar e nos estudos do 1º e 2º grau, mostrando que os próprios objetivos da educação da criança e do adolescente no Brasil, segundo a LDB, exprimem a preocupação fundamental do estabelecimento das bases para o seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e para sua integração na vida da comunidade, resultando outrossim que o "estudo do meio" não constitui disciplina distinta fazendo parte de outras atividades da vida escolar.

Questionário sobre a educação para a compreensão internacional como parte integrante do programa escolar.

no Que se refere ao "Destaque dado à compreensão internacional no programa escolar", frisou-se que a nova Constituição Brasileira, promulgada em 24.1.67 e posta em vigor a partir de março do mesmo ano, no seu art. 168, diz, textualmente: "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana."

Foi também focalizada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4 024 de 20.12.61) que fixa os princípios da educação brasileira no seu art. 1º - "Dos fins da Educação" - determina o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional.

As leis que estabelecem os sistemas de ensino para os diversos estados da federação também ressaltam entre as finalidades da educação, o fortalecimento da solidariedade internacional da unidade nacional e das aspirações comuns às municipalidades sob a égide do Estado.

Quanto aos planos de estudos e programas das diferentes matérias ensinadas nos estabelecimentos de primeiro e segundo níveis, de acordo com os princípios de descentralização, liberdade, flexibilidades fixados pela Lei de Diretrizes e Bases, coube a cada Estado da Federação a elaboração de seus ^{próprios} programas de ensino nos diversos níveis primário, secundário e normal.

Em geral é nos programas de História, Geografia e Estudos Sociais que se encontram referências aos temas concernentes à "compreensão internacional" e à iniciação aos "princípios dos direitos do homem".

Foram dados, como exemplo, programas das Escolas Primárias de alguns Estados, como Minas Gerais, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Movimento de educação no país no período escolar 1967.

Para atender ao questionário enviado pela UNESCO/BIE, foi elaborado, um trabalho sob a forma de resposta intitulado "Mouvement éducatif pendant l'année scolaire" - 1967. Contendo informações gerais sobre o Brasil, seu sistema cultural e escolar, detém-se, contudo, na parte de administração escolar, no que tange às medidas administrativas, financiamento e construções escolares. Ainda dentro do assunto, refere-se ao desenvolvimento quantitativo do ensino, sua estrutura e organização, incluindo as atividades e realizações decorridas nesse período nos três níveis de ensino e, em especial, em algumas de suas modalidades: alude também a planos de estudos, programas e métodos; pessoal docente; serviços auxiliares e atividades extra-escolares. Foi dada ênfase ao esclarecimento sobre educação de adultos, evidenciando as providências legais, que têm sido tomadas nesse particular.

Apresentou, em anexo, organograma sobre a estrutura do ensino no Brasil.

Os três trabalhos citados representaram documentos sobre a situação da educação brasileira, apresentados à 31ª Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em Genebra, em julho de 1968, sob o patrocínio dos organismos internacionais BIE/UNESCO.

Conferência Internacional de Planejamento da Educação.

Para o Departamento de Planejamento e Financiamento da Educação da UNESCO foi respondido questionário no qual se versou, detalhadamente, sobre o assunto em questão.

Ressaltou-se que, no Brasil, um plano está em via de elaboração, para o período 1968/70 (Programa Estratégico de Desenvolvimento, plano este formulado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para um período de 3 anos, através do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA).

Frisou-se que em 1962 foi elaborado o Plano Nacional de Educação para o período 1963/79, que, refundido e ampliado, deverá ser integrado ao Programa Estratégico de Desenvolvimento.

Acêrca da comissão encarregada do planejamento da educação foi organizado, um grupo de trabalho composto de 3 membros : O Secretário Geral do MEC, um membro do Conselho Federal de Educação

e um membro do Instituto de Pesquisas Econômico-Social Aplicada . Os diversos organismos interessados no planejamento da educação deverão fornecer as informações necessárias a este grupo, que se beneficia, outrossim, da colaboração da equipe da UNESCO.

A execução do plano ficará a cargo do MEC, das Secretarias de Educação dos Estados, das Universidades e de organismos regionais.

Estudo comparado sobre o ensino misto.

A resposta dada ao questionário sobre o assunto em questão atendeu a solicitação da UNESCO e envolveu, após consulta a várias instituições, os seguintes pontos :

Fundamentos legislativos, organização e custo, administração e pessoal de ensino, efetivos escolares, programas, orientação, evasão, resultados escolares, origem dos estudantes, além de várias tabelas estatísticas.

Legislação referente à educação especial para crianças e jovens deficientes.

Atendendo a pedido da UNESCO, foi respondido o questionário, que versou sobre vários aspectos do problema, como : categorias dos deficientes, disposições legislativas, e regulamentares sobre a organização e administração da educação especial, estabelecimentos próprios, escolaridade obrigatória, programas de estudo, métodos especiais, formação do pessoal docente, remuneração etc.

Movimento educativo no Brasil, no período 1966/1968, tendo em vista a "Recomendação da Conferência Intergovernamental Especial sobre a condição do pessoal docente", ocorrida em Paris, 1966, sob o patrocínio da UNESCO.

Pesquisa sobre educação especial - Resposta à Universidade Central da Venezuela.

Projetos especiais no Setor de Documentação e Informação Pedagógica :

1 - Seleção de obras pedagógicas, didáticas e de cultura geral para aquisição pelo INEP, com o fim de distribuição a instituições educacionais: Esta seleção abrangeu a análise de exemplares procedentes de 30 editoras nacionais, totalizando mais de 500 títulos.

2 - Produção de materiais didáticos fotográficos e cinematográficos para distribuição a entidades responsáveis pela especialização de professores na utilização de recursos audio-visuais ao vivo e por televisão, como se segue :

Produção de 15 filmes - 10', sonoros - preto e branco (negativos e direitos do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - 2 cópias).

Objetivo geral : extensão do estágio básico para produção de material de baixo custo e utilização de recursos audiovisuais.

Temas : -

- 1 - Comunicação e recursos audiovisuais
- 2 - Cartaz e álbum seriado
- 3 - Flanelógrafo e imantógrafo
- 4 - Quadro de avisos
- 5 - Recursos fotográficos e cinematográficos
- 6 - Transparências
- 7 - Recursos tridimensionais
- 8 - Gravações, laboratórios de línguas e programas radiofônicos
- 9 - Dramatização
- 10 - Televisão educativa
- 11 - Levantamento de recursos audiovisuais
- 12 - Exposições e Museus
- 13 - Avaliação
- 14 - Utilização de recursos audiovisuais em Ciências Físicas e Biológicas
- 15 - Utilização de recursos audiovisuais em Ciências Sociais.

Produção de 8 diafilmes coloridos - 2 cópias de cada

Temas : -

Cartaz
Álbum Seriado
Tridimensionais
Levantamentos Audiovisuais
A Escola e o Lar
Círculos de Pais
Henrique Morize
Escolinha de Arte do Brasil.

3 - Implantação do serviço de cadastro de pesquisas educacionais em curso (já referido).

4 - Filiação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais à "Society for Research into Higher Education - London, England"

5 - Renovação de assinaturas de revistas educacionais estrangeiras e tomada de novas assinaturas.

ENCONTROS E SEMINÁRIOS

A - INTERNACIONAIS PROMOVIDOS PELO INEP

- I- I Simpósio Interamericano de Administração Escolar em Brasília, de 9 a 16 de outubro com a participação de organizações internacionais e delegações de vários estados americanos. Tema básico :
Formação do Administrador Escolar

B - NACIONAIS PROMOVIDOS PELO INEP

- I- I Encontro Regional sobre planejamento da Educação - ERPLED em Porto Alegre, julho de 1968, promovido pelo CEOSE-INEP-SUDESUL.
- II- "Semanas de Estudo sobre evasão e repetência na Escola Primária" promovidas pela Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário - (Acôrdio MEC/INEP/CONTAP/USAID) com sede:
Guanabara, Belo Horizonte, Recife, Vitória, Porto Alegre, Manaus,
e com a participação de Técnicos de Educação de todos os Estados e Territórios de cada região.

C - INTERNACIONAIS DE QUE O INEP PARTICIPOU

- XXXI Conferência Internacional de Instrução Pública / BIE/UNESCO - Genebra, Suíça, julho, 1968.
Temas: - Estudo para a compreensão internacional como parte integrante dos estudos e da vida escolares
 - Estudo do meio na escola
 - Movimento de educação durante o ano escolar 1967/1968
- Reunião Técnica de Integração de Projetos realizada na Pan American Union - OEA - Washington, 23 a 27 de setembro de 1968.
Projetos: Aperfeiçoamento de pessoal especializado em educação, Livros de textos e materiais audio-visuais e Televisão Educativa.
- V Reunião do Conselho Interamericano Cultural - OEA - Macaray, Venezuela, fevereiro, 1968.
- XV Conferência Geral da UNESCO, Paris, 15-10 a 21-11-68.
Tema: Planejamento da educação
- III Seminário sobre Construções escolares para ensino técnico médio e superior - CONESCAL - Santiago, Chile, 18 a 28-11-1968.
- Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar - Instituto de Educação, Rio de Janeiro, 21 a 28 de julho, 1968.

D - NACIONAIS DE QUE O INEP PARTICIPOU

- I- Reunião Técnica Informativa sobre Recursos Humanos na América Latina, na Fundação Getúlio Vargas, de 21 a 26 de outubro de 1968, promovida pela OIT - F.G.V.
- II- III Seminário sobre assuntos universitários: 28 a 30 de agosto - CFE - Rio de Janeiro
- III- I Encontro de Coordenadores Estaduais promovido pela Secretaria Geral - MEC, outubro, 1968.
- IV- I Encontro de Secretários de Educação, promovido pela Secretaria Geral - MEC - IPEA - Ministério do Planejamento, sobre Operação-Escola.
- V- Semana de Estudos COLTED - S.Paulo, 4 a 9 de março de 1968. Utilização e uso dos livros em classe
- VI- Seminário para planejamento dos cursos de treinamento de professores primários, promovido pela COLTED. Utilização do livro-texto. Setembro de 1968.
- VII- I Seminário de Radiodifusão Rural, em Campinas, setembro de 1968
- VIII- I Seminário de Teleradiodifusão Educativa na Guanabara.
- IX- II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, em Recife, de 5 a 10 de abril de 1968.
- X- III Conferência Interamericana de Telecomunicações na Guanabara, em agosto de 1968.

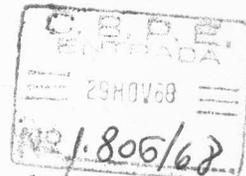


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1968

Ilmo. Sr.
Prof. Péricles Madureira de Pinho
DD. Diretor do Centro Brasileiro de
Pesquisas Educacionais
RIO DE JANEIRO - GB

A 1082



DD/VP
29.11.68
[Assinatura]

Senhor Diretor:

De ordem, apraz-me encaminhar a Vossa Senho-
ria, cópia da circular da Assessoria de Imprensa e Relações
Públicas do Gabinete do Senhor Ministro da Educação e Cultu-
ra, contendo a Portaria nº 124, de 14 de março de 1968.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Cely Vieira D'Angelo

Chefe da Secretaria do INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSESSORIA DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS DO GABINETE
GABINETE DO MINISTRO

C I R C U L A R

À Secretária, para
transmitir às reparti-
ções do INEP incluindo
os Centros.

14.11.68

Diretor

Aos Diretores e Chefes de Departamentos

Tomamos a liberdade de encaminhar a V.S^a. cópia da Portaria nº 124, de 14 de março de 1968, do Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Esperamos contar com a valiosa colaboração de V.S^a. no sentido de que nos seja enviada frequentemente, para divulgação, o noticiário das atividades desse importante setor do MEC.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.S^a os protestos de estima e consideração.

Oneil de Abreu Rada
Assessôra de Imprensa e Relações Públicas

Brasília, 14 de março de 1968

Portaria nº 124-A

Provê sobre a prestação de de
clarações à imprensa, por ti-
ulares e servidores do Minis
tério da Educação e Cultura.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO a conveniência de se uniformizar, perante a opinião pública, os reflexos da administração/da cultura, com base nas linhas de orientação traçadas pelo Governo;

CONSIDERANDO os efeitos negativos que se projetam sobre a ação e o conceito da administração pública, de informações veiculadas em discrepância com as decisões tomadas e as diretrizes estabelecidas pelo Governo; e

CONSIDERANDO as recomendações expressamente aprovadas pelo Presidente da República;

R E S O L V E:

Art. 1º - Pressuposta, em todos os casos, a com
petência constitucional do Chefe do Governo, somente o Minis
tro de Estado poderá anunciar, através da imprensa escrita e falada, o pensamento do Governo a respeito das diretrizes e da execução de programas de trabalho cometidos ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º - Fora dos casos previstos no artigo 1º, quaisquer declarações à imprensa, nas áreas de trabalho do Ministério da Educação e Cultura, pod
erão ser feitas com prévio assentimento do Ministro, por intermédio da Assessoria de Imprensa do Gabinete, que atuará, para êsse efeito, com ex
pressa delegação de competência.

Art. 3º - Em casos urgentes, a informação pod
erá ser prestada diretamente pelo titular ou servidor, com ime
diato encaminhamento à consideração, a posteriori, da Assesso
ria a que se refere o Art. 2º.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Port
aria entrará em vigor à data da sua publicação.

TARSO DUTRA

C.E.S.T.A.

RELATÓRIO

Reuniu-se a Conferência sobre Educação e Formação Científica e Técnica em suas relações com o Desenvolvimento na África (CESTA) de 16 a 27 de julho de 1968, em Nairobi.

O tema inicial da CESTA foi o do desenvolvimento da Educação na África nos últimos dez anos, tendo sido debatidas as principais realizações executadas e as dificuldades e os pontos fracos encontrados na consecução das mesmas. A este tema seguiu-se a discussão das medidas a serem adotadas para assegurar progressos ulteriores do desenvolvimento da Educação, ressaltando-se o papel da planificação educacional dentro do contexto da planificação administrativa geral, sobretudo em suas relações com o desenvolvimento econômico e social. Foi largamente debatido, outrossim, o problema do aperfeiçoamento quantitativo assim como qualitativo da Educação, ao nível primário e secundário, e o aumento do potencial científico na África através do incremento do número de professores a serem requisitados, uma vez que o número atualmente oferecido está muito aquém da demanda. Outro tema que mereceu longas considerações foi a melhor utilização dos recursos disponíveis em cada país africano, destacando-se igualmente a necessidade de se conferir maior relêvo à cooperação interafricana e aos recursos possíveis de serem obtidos do exterior. Nesse sentido, longos debates se verificaram com relação ao papel da UNESCO no tocante à educação e à formação científica e técnica na África, sobretudo no que diz respeito à criação ou expansão da rede de escritórios regionais para a educação, ciência e cultura. Relativamente à criação de centros regionais, entretanto, dada a escassez de recursos com que se defronta a organização, concluiu-se apenas pelo estabelecimento de um representante residente em Adis Abeba, que se encarregaria da ligação com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África e com a Organização da Unidade

COPIA.

Unidade Africana, que têm sede naquela cidade.

A Resolução I da CESTA abordou o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento da Educação na África, tendo sido expressamente solicitado à UNESCO que fôsse o intérprete da Conferência junto aos países desenvolvidos e às organizações financeiras internacionais no sentido de chamar a atenção dos mesmos para a situação em que os países africanos estão na iminência de se encontrar caso o auxílio do exterior não lhes se ja fornecido. Quanto às organizações financeiras, especificamente, foi solicitada a intervenção da UNESCO no sentido de obter das mesmas uma flexibilidade maior nos critérios, condições e processo de concessão de auxílio a países africanos.

Em sua Resolução II, a CESTA tratou da questão das prioridades e objetivos regionais da Educação na África, em que notadamente se reconheceu que os objetivos a curto prazo fixados na reunião de Adis Abeba, em 1961, não foram alcançados, mormente pela insuficiência de recursos financeiros e escassez de professores, - a carência de mão-de-obra técnica e científica representando um sério entrave ao desenvolvimento econômico dos países africanos, - recomendando-se, por conseguinte, que, na segunda fase do plano, fôssem mantidos os objetivos fixados em Adis Abeba, naquela oportunidade, e reiterado o esforço visando ao aprimoramento do ensino primário e secundário.

A Resolução III tratou da reforma do ensino primário, ressaltando-se a necessidade de se captar toda a população infantil em idade escolar para integrá-la social e culturalmente no seio da coletividade, bem como expandir às áreas rurais a capacidade da rede escolar, prevenindo-se sobretudo o êxodo para os centros urbanos, fenômeno característico da maioria dos países africanos.

A Resolução IV abordou o tema das condições prévias para a formação científica e técnica, ressaltando-se a necessidade

necessidade de se atribuir um ensino prático às línguas maternas nacionais, mas também aos idiomas estrangeiros, bem como o conveniente equipamento de material das seções de formação nas escolas normais.

A Resolução V referiu-se ao ensino das ciências, reconhecendo-se basicamente uma carência de professores ao nível secundário e tentando-se fixar as medidas para superar esse problema.

O Ensino técnico e profissional foi objeto da Resolução VI, sendo interessante destacar que se considerou o tema da integração da cultura geral, sobretudo em suas formas nacionais genuínas, à cultura científica e técnica.

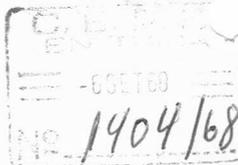
Ao deliberar sobre o problema do papel do corpo docente e da tecnologia educativa, a CESTA, em sua resolução VII, destacou sobremaneira a necessidade de se encorajar a cooperação interafricana no setor do intercâmbio de estudantes e professores, a fim de aprimorar a compreensão interafricana e eliminar as dificuldades linguísticas atuais e, dentro dessa finalidade, estimular o ensino do inglês e do francês nos estabelecimentos de nível secundário e superior.

A Resolução VIII felicitou a Organização da Unidade Africana pela sugestão de serem criados Centros de estudos avançados, tendo sido solicitado à essa organização e ao Banco de Desenvolvimento Africano que estudassem a possibilidade de ser criado um fundo de financiamento para a Educação na África.

As resoluções IX, X, XI, e XII versaram sobre diversas reivindicações dos governos africanos a serem solicitadas através da UNESCO, objetivando atingir meios para aperfeiçoar as condições e os meios de difusão do ensino e da formação científica e técnica nos países africanos.

Em apenso ao relatório final da CESTA, estão incluídos os relatórios preparatórios da Conferência elaborados pelas Comissões I e II, com as respectivas recomendações formuladas e que foram unânimemente aprovadas em plenário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



1. 50
2. Lyate
15/8/68

CENTRO NACIONAL DE MATERIAL EDUCATIVO

41 Nanhai Road, ^{Taipei} Taiwan.

República da China

Handwritten signature: W. Chefe Gabinete

15 de julho de 1968

Handwritten initials: S D I A
6.9.68

Ministro da Educação
Rio de Janeiro
República do Brasil

3923
16 AGO. 1968.

Prezado Senhor :

Supomos que tenha recebido nossa carta indagando sobre matéria concernente à educação compulsória em seu país.

Decidimos realizar nossa exposição em meados de setembro de 1968, e o seu material está sendo necessitado urgentemente.

Anexamos a cópia de nossa carta de 5 de fevereiro de 1968. Para sua referência, todo o material enviado antes de 20 de agosto de 1968, será recebido com satisfação. Muito obrigado.

Atenciosamente,

C.K.Lee
Diretor
Centro Nacional de Material Educativo
República da China.

國立教育資料館
NATIONAL EDUCATIONAL MATERIALS CENTER
41 NANHAI ROAD, TAIPEI, TAIWAN,
THE REPUBLIC OF CHINA

July 15, 1968

The Ministry of Education
Rio de Janeiro
Republic of Brazil

Dear Sir,

We suppose you received a letter from us for inquiring some materials concerning the compulsory education of your country.

Our exhibition is decided to be held in the middle of Sept. 1968, and your materials are still in urgent need. Herewith, we attach the previous letter of February 5, 1968 for your reference. Any materials coming from you before 20th of August, 1968 would be heartily appreciated. Thank you.

Sincerely yours,

C. K. Lee

C. K. Lee
Director,
National Educational Materials Center
Republic of China

CENTRO NACIONAL DE MATERIAL EDUCATIVO

REPÚBLICA DA CHINA

Prezado Senhor :

A fim de promover o padrão educacional e o desenvolvimento econômico, o Governo da República da China decidiu dilatar de 6 para 9 anos o período de educação compulsória em seu país.

Por isso, planejamos para setembro de 1968 uma exposição de âmbito mundial sobre material de Educação compulsória, com a finalidade de dar aos educadores um quadro nítido da educação compulsória antes de atualizá-la entre nós. Esta mostra incluirá dados estatísticos, quadros, trabalhos estudantis (como de senho técnico), livro de textos e material de referência.

A exposição será levada a tôdas as grandes cidades do país.

É do nosso conhecimento que a educação compulsória foi grandemente desenvolvida em seu país, e, por isso, preparamos o seguinte questionário, para que nos envie essas importantes informações e material de educação compulsória em seu país.

1. A formação histórica do atual sistema de educação compulsória em seu país.
2. Tempo de duração da educação compulsória em curso e o ano de sua adoção.
3. Motivação e números de horas de aula semanais.
4. Número de alunos por classe.
5. Coeficiente educacional.
6. Percentagem de crianças em idade escolar.

7. Percentagem de desistentes.
8. Estimativa dos estudantes promovidos a níveis mais elevados após conclusão dos cursos compulsórios.
9. Recursos governamentais - %

Governo central	- %
Governo estadual	- %
Governo distrital	ou
Municipal	- %
Doações particulares	- %
Custo do ensino	- %
10. Livro de textos
11. Quadros e "slides" relativos à situação da educação compulsória.
12. Exemplares de gravuras e desenhos técnicos
13. Material relativo à educação pré-escolar, educação secundária, educacional vocacional, educação de adultos e administração escolar.

Teríamos grande satisfação em receber antes de 20 de agosto de 1968 alguns dos materiais acima relacionados, a acompanhados dos questionários. Juntamos duas cópias dos panfletos sobre o Centro Nacional de Material Educativo e Educação na República da China.

Efusivos agradecimentos.

Atenciosamente,

H.Y Lin

Diretor

國立教育資料館
NATIONAL EDUCATIONAL MATERIALS CENTER
41 NANHAI ROAD, TAIPEI, TAIWAN,
THE REPUBLIC OF CHINA

February 5, 1968

Dear Sir:

In order to promote its educational standard and economical development, the government of the Republic of China has decided to extend the period of its compulsory education from six years to nine years. Therefore, we plan to set up an exhibition covering materials of compulsory education all over the world in Sept. 1968, so as to give our educational workers a clear picture of the compulsory education before its actualization in our country. This exhibition will include statistical data, pictures, students work (such as drawings handicrafts), textbooks, and reference materials. The exhibition will be travelled around all the big cities of the country.

We know that the compulsory education in your country has been highly developed, therefore we have prepared the following questionnaires to ask you to give us some valuable information and materials of your compulsory education.

1. The historical background of the current compulsory education system of your country.
2. The duration of your current compulsory education and the year of its enforcement.
3. Subjects and weekly teaching hours.
4. The number of pupils in one class.
5. The teaching load.
6. Percentage of Children of age attending school.
7. Percentage of dropouts.
8. Rate of students promoted to higher levels after graduation from compulsory schools.

國立教育資料館
NATIONAL EDUCATIONAL MATERIALS CENTER
41 NANHAI ROAD, TAIPEI, TAIWAN,
THE REPUBLIC OF CHINA

- | | |
|-----------------------|---|
| 9. Government fund | % |
| Central government | % |
| Provincial government | % |
| County (district) | % |
| Private donation | % |
| Tuition | % |
10. Textbooks
11. Pictures and slides described the situation concerning compulsory education.
12. Samples of students' printings and handicrafts.
13. Materials concerning pre-school education, secondary education, vocational education, adult education, and educational administration.

If any of these materials mentioned above can be sent us before August 20, 1968 together with the questionnaires, it would be greatly appreciated. Herewith, we present you two copies of pamphlets covering the National Educational Materials Center and the Education of the Republic of China.

Thank you ever so much,

Sincerely yours,

H. Y. Liu
Director

Nº 15501 68

19 September 1968

Dr. Robert R. Rehder
Associate Professor of
Organizational Behavior
and Administration
Graduate School of Business Administration
University of North Carolina
Chapel Hill 27514
USA

Dear Sir :

This is in answer to your letter of May 23, 1968.

We are very pleased to grant Professor Anderson the permission to quote from Jacques Lambert, Os Dois Brasis, in his book entitled Latin American Management : Development and Performance.

Yours sincerely,

Péricles Madureira de Pinho
Diretor Executivo

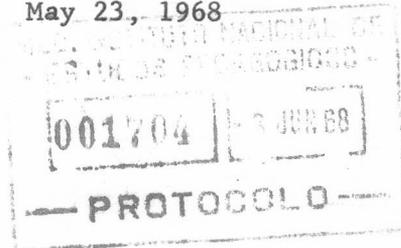
gb/vml
sdi-proc. nº910/68

GRADUATE SCHOOL OF BUSINESS ADMINISTRATION
UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA / CHAPEL HILL

27514

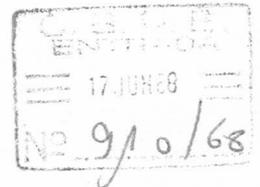
var. of R. 5/28

May 23, 1968



INEP
Ministerio da Educacao e Cultura
Rio de Janeiro
Brasil

Dear Sir:



The enclosed letter was sent to you last January, however, I have not received the permission requested by Professor Anderson as yet.

I would greatly appreciate your cooperation in this matter.

Sincerely,

Robert R. Rehder

Robert R. Rehder
Associate Professor of
Organizational Behavior
and Administration

bch
Enc.

*DDIP
18 11.88
[Signature]*

*Realizar a carta anterior
to CBPE
5.6.68
[Signature]*

*to CBPE
[Signature]
11-6-68*

January 22, 1968

INEP
Ministerio da Educacao e Cultura
Rio de Janeiro,
Brasil

Dear Sirs:

I should like to request permission to quote from Jacques Lambert, Os Dois Bras which you published in 1959, the following passage from page 107 which I have translated as follows:

"The traditional Brazilian fazenda is bad, not because it is inhuman and brutal but because it is insufficiently economic. In other countries, the large land owners expelled the miserable ones, obliging them to find employment where they were needed and where they could educate and elevate themselves; in Brazil the fazenda aided them and multiplied their number, thus contributing to the growth of an unproductive and under-employed rural population."

I have used this quotation in a chapter entitled "Management Resource Development in Brazil" which will appear in a book entitled Latin American Management: Development and Performance which is to be published by Addison-Wesley.

In view of the uncertainties of mail to my present address, would you please send your permission to reproduce to the editor of the volume, Professor Robert R. Rehder, Graduate School of Business Administration, University of North Carolina, Chapel Hill, N. C. 27514.

Thank you.

Yours very truly,

Dole A. Anderson
Chief of Party

DAA:bjs

Caro Senhor:

A carta anexa lhe foi enviada em janeiro passa
do, mas ainda não recebi a permissão pedida para o Professor
Anderson.

Apreciaria sua cooperação no caso.
Saudações.

Robert R. Rehder

Traduzido por Maria Luiza Lago Bittencourt.

Caros Senhores:

Desejo permissão para citar a seguinte passagem da página 107 de "Os Dois Brasis" por Jacques Lambert, publicado pelos senhores em 1959 e que traduzi como se segue:

"the traditional Brazilian etc. ...

Usei essa citação em capítulo intitulado "Desenvolvimento dos Recursos de Gerência no Brasil" que aparecerá no livro: Gerência na América Latina: Desenvolvimento e Realização" a ser publicado pela Addison-Wesley.

Em vista da incerteza de meu atual endereço peço que envie a permissão para o editor do livro, Prof. Robert R. Rehder, Graduate School of Business Administration University of North Carolina, Chapel Hill, N. C. 27 514.

Muito obrigado,

Traduzido por Maria Luiza Lago Bittencourt